

O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados¹

Norma Felicidade L. da S. Valencio – Universidade Federal de São Carlos
Mariana Siena – Universidade Federal de São Carlos
Victor Marchezini – Universidade Federal de São Carlos
Daniela da Cunha Lopes – Dep. Minimização de Desastres
da Secretaria Nacional de Defesa Civil

RESUMO

Desastres agem como importante fator de disrupção do espaço privado familiar e identidade social de seus membros, levando ao limite a experiência do “ser humano”, isto é, os valores que assentam a vida em sociedade. Numa perspectiva sociológica crítica, este estudo analisa comparativamente *topoi* do Estado e dos afetados referentes à qualidade das práticas de reabilitação implementadas como ação de defesa civil, trazendo para um microrrecorte aspectos das tensões dialéticas entre regulação social e emancipação social a que se refere Sousa Santos. Procedeu-se um estudo de caso focalizando abrigo temporário implantado no município de Nova Friburgo/RJ em janeiro de 2007. Identificando-se escassos pontos de intersecção entre os *topoi* dos sujeitos supra, conclui-se que as políticas de emergência precisam avançar no reconhecimento da legitimidade da experiência e argumentos dos afetados no refazimento de sua rotina.

Palavras-chave: Desastre. Defesa Civil. Gênero. Direitos Humanos

1 A versão preliminar deste trabalho foi apresentado sob o título Diante dos escombros: perdas materiais e imateriais da moradia atingida por desastre a partir do olhar da mulher, no Encuentro Internacional de Psicología en Emergencias y Desastres, ocorrido em Buenos Aires (Argentina) em março de 2007. Apoio MCT/CNPq.

ABSTRACT

Disasters act as an important factor of disruption of the family private space and social identity of members, reaching to the limit human being's experience, it means, the values that consolidate life in society. To a critical sociology prospect, this research analyses comparatively the state's *topoi* and affected's *topoi* which referred to the quality of rehabilitation's practices planned as civil defense's actions, bringing to a microclipping aspects of the dialectical's tensions between social regulation and social emancipation which was referred by Sousa Santos. It was proceeded a case study focalizing temporary shelter which was organized in Nova Friburgo's city in January 2007. Identifying a few points of intersection between character's *topoi* mentioned above, it was concluded that emergency's politics need to advance on recognizing the legitimacy of the experience and the arguments' affected to rebuild their routine.

Keywords: Disaster. Civil Defense. Gender. Human Rights.

INTRODUÇÃO

O município de Nova Friburgo, no último censo demográfico realizado contava com uma população de 173.418 habitantes, tendo como principais atividades econômicas: a indústria de moda íntima, olericultura e caprinocultura (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2001). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no ano de 1991, era de 0,735 e, no ano de 2000, saltou para 0,810, a 4.^a melhor posição no estado. A porcentagem de pobres no município, no ano de 1991, era de 20,32% e, no ano 2000, caiu para 12,88%. O percentual de domicílios com acesso aos serviços básicos era de 95,86% em 1991 e passou para 98,95% em 2000 (1^a posição no ranking estadual). Os domicílios subnormais² em Nova Friburgo constituíam, no ano de 1991, um percentual de 0,61% do total e, no ano 2000, passou para 0,21% (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2000).

Apesar do melhoramento das posições do município nos indicadores sócio-econômicos supra, o distrito de Riograndina é caracterizado pela concentração da pobreza, particularmente identificável

2 Conforme o PNUD (2004), um aglomerado subnormal é caracterizado como sendo uma ocupação desordenada o que significa que quando da inserção da moradia no local, a mesma não está associada à posse da terra ou título de propriedade.

pela fragilidade do terreno das áreas ocupadas, pela ausência de infra-estrutura de esgoto nas residências ribeirinhas e precariedade do material construtivo empregado pelas famílias. Os lares mais pobres são os primeiros a serem afetados quando as chuvas castigam o lugar. Igualmente, são os que mais rapidamente expõem a fragilidade dos laços sociais quando a família, vendo-se em condição de desabrigo decorrente do impacto das enchentes e/ou múltiplos escorregamentos sobre a moradia, não encontra parentes ou amigos aptos e dispostos a oferecer-lhes acolhida. Tal razão a obriga a aceitar instalar-se nos abrigos temporários fornecidos pelo Poder Público Municipal, como o situado na Escola Municipal Estação do Rio Grande.

O abrigo temporário do distrito de Riograndina – em que se procedeu o estudo de caso focalizado neste trabalho – é um dentre os dezesseis abrigos que o município de Nova Friburgo teve que implantar, no mês de janeiro de 2007³, como medida de reabilitação de 1.092 desabrigados cujos danos materiais e imateriais sofridos com os deslizamentos e enchentes em decorrência das chuvas revelaram o seu empobrecimento.

A topografia do município de Nova Friburgo é caracterizada pelos acentuados aclives, o que predispõe a ocupação na base dos morros, morretes e afins. Uma vez instalada nessa área, a moradia é simultaneamente susceptível aos deslizamentos de terra, podendo haver quedas de pedras e lamas e etc, sobre os telhados e paredes causando desmoronamentos. A ocupação das moradias também ocorre nas margens nos rios que cortam as cidades como rio Santo Antônio, rio Cônego, rio Bengalas, o rio Grande, o que as tornam susceptíveis à inundação e à enchente decorrente do extravasamento das águas dos leitos dos mananciais que cortam o município. Isso ocasiona, por sua vez, a entrada dessas águas nas moradias gerando desde a perda de bens moveis à pressão sobre a estrutura do imóvel, o que também pode levar ao seu desmoronamento. Como as chuvas são o fenômeno climático que tanto impacta o solo, gerando risco de deslizamento, quanto impacto nos mananciais, gerando o risco das enchentes, as moradias que se localizam ao sopé dos morros e morretes e que coincidem com as áreas de mananciais, encontram-se duplamente em risco, tal como a população focalizada neste estudo.

A danificação ou destruição de moradias em decorrência de desastre age como fator relevante na desestruturação do espaço privado familiar e identidade social de seus membros. O espaço ocupado é parte constituinte do processo como a pessoa e o grupo reinventam-se cotidianamente por meio de

3 Os dezesseis abrigos temporários foram distribuídos em dez escolas, duas creches, uma igreja, um sítio, um barracão e uma casa, conforme informação da Subsecretaria Estadual de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro.

suas interações. Um desastre é, assim, um processo que descaracteriza a família por retirá-la do lugar onde estava situada, o espaço onde elaborava o processo de viver, no âmbito privado e comunitário, é também supressão imaterial, pois, como lembra Milton Santos (1998, p. 61) “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico”.

A mulher, como construção identitária sócio-histórica no Brasil, tem sido responsável pela coesão do grupo, no papel de chefe do lar, mãe e esposa. Uma vez que esta responsabilidade é incorporada, ela se torna o membro da família mais suscetível diante das perdas materiais e simbólicas associadas à moradia. Vai daí, a imagem corrente, em cenários de desastres, de mulheres prostradas em frente aos escombros da casa afetada, em busca de algo que não se revela de imediato.

Este estudo analisa sociologicamente o fenômeno supra, intentado que as expressões verbais das entrevistadas, por meio de seus relatos orais, indiquem um caminho de diálogo com agentes de defesa civil, promoção social e afim, auxiliando tais peritos no entendimento das dimensões sutis das perdas havidas e na mitigação do sofrimento do grupo afetado.

A expressão verbal das mulheres entrevistadas será tomada, aqui, como a construção intencional de argumentos que as mesmas supõem válidos junto ao interlocutor, os *topoi*, o qual se alicerça, como discurso, nas práticas cotidianas que o grupo realiza. Tais práticas, na observação direta dos entrevistados, reportam ao aspecto intenso das perdas que, parecendo indizível, constitui-se numa linguagem cujo acento apreciativo visa promover uma crítica dos afetados ao Estado, mais imediatamente representado pelos gestores do abrigo. Para que este acento apreciativo seja identificado, necessário se faz adotar a proposta de Santos (2002a; 2003) de expandir o presente para nele conhecer e valorizar a experiência social, no bojo da qual as tensões dialéticas entre os sujeitos envolvidos se revelam, na regulação social apartadora e na resistência à mesma.

A racionalidade burocrática que caracteriza a gestão de abrigos temporários no Brasil apresenta-se não apenas como um universo de sentido distinto do da população afetada por desastres, que guarda uma temporalidade distinta da do mundo privado impactado pela danificação/destruição da moradia das famílias, mas como portadora dos *topoi* que se pretendem fortes, porque não discutíveis, produzidos em relações hierárquicas. Porém, ao adotar a extensão do presente como recorte temporal de análise, numa sociologia das ausências que identifica outras presenças, às normas do gestor confrontam-se as práticas dos afetados, indicando a necessidade de dialogicidade nas orientações práticas e simbólicas de reelaboração do cotidiano.

Na execução do projeto de pesquisa *Representações sociais dos abrigos temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto*

de desastre relacionado às chuvas, caberia à equipe do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres/NEPED-UFSCar, selecionar um município afetado por desastres relacionados às chuvas típicas do período chuvoso da região Sudeste no início de 2007 e coube a Secretaria Nacional de Defesa Civil juntamente com a Subsecretaria do Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro indicar o município de Nova Friburgo como o caso mais emblemático a ser analisado. A Subsecretaria do Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro juntamente com representantes da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo conduziram a equipe do NEPED até o local, autorizando a observação das instalações, bem como as entrevistas aos funcionários do abrigo focalizado neste estudo. Ao longo do dia, os entrevistadores foram abordando cada uma das mulheres abrigadas que ali estavam a fim de verificar seu interesse em conceder entrevistas individuais. Todas as mulheres abordadas concordaram em conversar individualmente com cada um dos entrevistadores

Os procedimentos adotados em campo integraram a observação direta das práticas pós-desastre no interior do abrigo; a coleta de relatos orais (QUEIROZ, 1987), em forma de entrevistas com roteiro aberto, dos gestores de abrigos e das abrigadas, com o auxílio de gravador, a fim de entender como cada grupo constrói sua representação acerca do que seja o abrigo, bem como a forma de condução de seus papéis e das suas rotinas no interior do mesmo. Onde coube, junto às desabrigadas, foi possibilitado falas mais extensivas que traduziam os impactos da situação no modo de vida da família, um intermédio entre relatos e histórias de vida na qual, por meio de uma escuta ativa, se respeitou e valorizou o direito à expressão do sujeito no que traduz sua identidade, seu sofrimento e seus anseios (POIRIER; CLAPIER-VALLADON; RAYBAUT, 1999). O fluir da palavra é o que permite que imagens e significados emirjam mais consistentemente à vista do entrevistador.

Um total de 20 entrevistas foram realizadas, sendo 4 com gestores de abrigo e 16 com mulheres abrigadas constituindo aproximadamente 64% das chefes do lar das famílias ali inseridas e a totalidade das que se encontravam presentes no dia da visita (25 famílias). O termo ‘aproximadamente’ faz jus à situação porquanto o número de famílias no abrigo, na ocasião, perfazia em torno de 25, mas sofria a oscilação típica do grupo desabrigado/desalojado, conforme analisado por Valencio (2007). Essa oscilação é caracterizada pela circunstância de algumas famílias persistirem em se apresentar como abrigadas perante as autoridades locais, a fim de manterem-se como prioridade das ações do Estado visando a garantia de um novo bem imóvel, porém já terem se fixado provisoriamente em casa de amigos ou parentes, isto é, estarem, de fato, na condição de desalojados; ou, ainda, retornado aos seus domicílios condenados pela defesa civil por encontrarem-se em área de risco. Como as entrevistas não foram realizadas em circunstância pré-programada, a amostra favoreceu-se da observação de um dia normal de atividade dos grupos bem como, no caso das abrigadas, da aleatoriedade como se encontravam

presentes ao local quando foram abordadas. Das entrevistas concedidas, destacamos os trechos mais significativos enquanto expressão de uma fala comum do grupo ao qual o sujeito se insere e naquilo que concerne à problemática supra.

DA VIVÊNCIA DOS DANOS NA MORADIA À CONDIÇÃO DE DESABRIGADAS: A IMPRONUNCIABILIDADE DAS PERDAS DESDE O LUGAR DA MULHER AFETADA

Em uma perspectiva sociológica, a construção social da identidade se dá por meio das várias interações e a partir dos múltiplos afazeres, os quais, para se realizarem, precisam, não raro, ser instrumentalizados por objetos. Segundo Bourdieu, as divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais que estão instituídas entre os gêneros, se inscrevem em duas classes de *habitus* diferentes, “sob a forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino” (BOURDIEU, 2003, p.41). Para Sarti (1995), existe uma divisão complementar da autoridade na família entre o homem e a mulher, que corresponde à diferenciação entre casa e família. A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. “Casa e família, como homem e mulher, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa; a casa está, portanto, contida na família” (SARTI, 1995, p. 42). À mulher, cabe outra importante dimensão da autoridade: *manter a unidade do grupo*. “Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. É a patroa” (p. 43).

No Brasil, a construção social do universo feminino, no âmbito do espaço privado, dá-se desde os referentes físicos da casa (SARTI, 1995; GONÇALVES, 2006). A família é tecida fundamentalmente nas relações havidas no interior desse espaço físico, o qual confere um destino comum aos seus membros apesar de objetivos de vida e trajetórias por vezes bastante diversos, o que é alimentado por uma rotina cuidadosamente suprida pela mulher. Há um sentido de convivência grupal sendo cotidianamente reforçado na invisibilidade social do trabalho da mulher no âmbito privado. Mesmo na desvalorização dos demais membros ao exercício de tais afazeres, resta o valor que a mulher encontra em si própria ao produzi-los e reproduzi-los no dia-a-dia: a casa arrumada é um feito capaz de satisfazer à dona-de-casa mesmo que nenhum dos membros, ao chegar da rua, aperceba-se disso; manter a roupa limpa para seus filhos é importante ainda que eles próprios estejam pouco preocupados com seu asseio etc. Se, obedecendo ao *habitus* e à estrutura de dominação, cabe aos homens realizar todos os atos ao mesmo tempo

breves, perigosos e espetaculares, situados do lado público da família, às mulheres cabem todos os trabalhos domésticos e escondidos os quais demandam muito tempo (SIENA; VALENCIO, 2006).

Todavia, Santos (2003) propõe a superação da razão metonímica na qual o sistema sexo-gênero se afirmou como constitutivo da relação com a totalidade do “ser homem” ou “o ser mulher”. O universo da mulher, segundo o autor, pode estar além de um referente masculino, uma vida própria além da que lhe é outorgada pela relação dicotômica. E o do homem igualmente. “O que é que existe na mulher que é independente da sua relação com o homem? É possível ver o que é subalterno sem olhar à relação de subalternidade?”, indaga Santos (2003, p.12), ao que pretendemos refletir a partir da circunstância de desabrigada em que as mulheres se encontram.

O cenário de desastre, no qual moradias são seriamente danificadas ou destruídas, a ponto de inviabilizar a continuidade do uso do lugar, apresenta mais que escombros e cacos de construção civil que se esboroa. Apresenta a perda da possibilidade de autovalorização da mulher no exercício dos seus afazeres privados; por conseguinte, da sua capacidade de continuar a alinhar as relações entre os demais membros no sentido de conferir-lhes a estabilidade da família. Fica-lhe a indagação: como produzir e reproduzir a família se o espaço geográfico onde se estabelecem as figurações entre os membros (chefe da família e chefe do lar, esposa-marido, mãe-filhos, entre irmãos) está comprometido e os bens materiais que lhe dão suporte (geladeira, fogão, panelas, colchão, televisão, brinquedos) ficam inutilizados?

Ficar prostrada, em silêncio, frente aos escombros, é a imagem usual de mulheres desabrigadas com a qual agentes de defesa civil se deparam nos cenários de desastres, o que é circunstância para que esses peritos em emergência fiquem intranqüilos⁴. Não se trata apenas de retirá-las rapidamente dali já que, em muitos casos, a área onde se insere a moradia destruída permanece insegura, sobretudo no que tange aos riscos relacionados aos deslizamentos. Trata-se da incompreensão perita acerca das razões que levam mulheres a se conduzirem, emudecidas e paralisadas, para o meio dos escombros. Supondo os vínculos emocionais e sociais pelas quais a casa seja o esteio do cotidiano para a mulher e sua família, pode-se considerar, nessa prostração, uma forma da mesma re-elaborar suas perdas procurando alcançar meios para evitar a morte social do grupo. Ao fazê-lo, desrespeita cordões de isolamento, opõe-se ao tempo que lhe é conferido para estar com suas memórias, nega o espaço prescrito tecnicamente

4 Conforme a observação direta dos autores em relação à atuação de agentes de defesa civil em diversas situações de pós-desastre no país, além do contexto em foco neste estudo.

para o seu cotidiano, enfim, resiste ao mando perito que a adverte a sair do local e aceitar o novo lugar que lhe é conferido e, desde o qual, dissolve-se seu papel de chefe do lar para substituí-lo pelo controle hierárquico.

Como atenta Santos (2003), os silêncios não se confundem com o impronunciável, mas à consciência de que predominam diferentes ritmos nos saberes e práticas sociais dos envolvidos. A tradução do silêncio das mulheres frente aos escombros é mais adequada se considerada tal prática como um elemento de uma ruptura com o tempo hierarquizado. Foi recorrente, na interação com as mulheres abrigadas na Escola Municipal Estação do Rio Grande, elas reportarem-se ao entrevistador da seguinte forma: – *“você quer conhecer a minha casa?”*. Diante do aceite, levam-nos a acompanhá-las na trilha envolta em destroços e, então, param. Estancam frente aquilo que identificam como sendo o seu lugar. Não apenas “perdem seu tempo” olhando o que restou de suas moradias, mas perdem um tempo longo capaz de desajustá-las dos outros tempos, como o de voltar para o abrigo e cumprir funções que lhes foram destinadas pelo gestor.

Uma parte do processo de mostrar a casa (ou o que restou dela) ao entrevistador é um contar sobre coisas e situações invisíveis aos olhos. É preciso seguir-lhes a memória acerca do espaço, nessa fala comum: *“aqui era meu quarto, a cama ficava aqui, o armário lá”, “aqui era nossa cozinha, perdi o fogão, a geladeira”* etc. E que é, ao mesmo tempo, lembranças acerca dos fazeres: *“aqui nós passávamos o domingo, na frente da televisão”, “as crianças brincavam aqui”* etc. Todavia, há momentos em que a interação com o entrevistador cessa. As mulheres já não estão em contato conosco, mas voltadas para si próprias, no debruçar-se alongadamente na ausência da moradia, no cenário da destruição, nos significados dos sofrimentos. Quando retornam de seus silêncios, justificam suas idas constantes ao local como aquilo que permite suportar a rotina imposta pela gestão burocrática do abrigo. A prática de retorno ao domicílio ocorre na totalidade das entrevistadas. Não é, pois, da eficácia dos argumentos peritos, que se pretendem incitadores das novas atividades das abrigadas e onde subjazem certos valores e juízos, que as mulheres retiram a força para suportar seu cotidiano, mas é no diálogo que as mesmas constroem com o seu passado em frente aos escombros. Se o *topos* pode ser considerado como um princípio do encadeamento argumentativo (FURLANETTO, 2007), os *topoi* dos agentes de defesa civil e dos desabrigados/afetados padecem de frágil conexão, ou melhor, enunciam dimensões objetivas e subjetivas hierarquizadas porque são formulados como exercício de produção de realidade com possibilidades históricas distintas de legitimação.

Instalar-se num abrigo temporário cria, nas mulheres, receios e preocupações posto que implica mudanças nas referências para a realização das identidades de cada membro da família. O abrigo *não* é território entendido como espaço para algo *de seu*, particularizado. Ali, o ordenamento, as relações

de autoridade, os elementos materiais que dão provimento à sobrevivência, decorrem de um contexto público e não mais privado.

Lugar da família é a sua casa. É dali que se elaboram as relações do grupo consigo mesmo e com o mundo exterior. É, ainda, de onde se promovem os elos entre as memórias do passado – onde radica a identidade de cada um e do coletivo privado – e as memórias do futuro – o vir-a-ser que parte dos meios e modos que a vida concreta oferece. Enfim, é um cenário físico, situado geograficamente, que resguarda a intimidade do grupo familiar e a sua integridade nas várias dimensões da existência. A afetação da moradia imprime prejuízos por vezes irreversíveis à família, sobretudo porque o desmantelamento do lugar coloca esse coletivo sob o constrangimento de ocupar um outro lugar no qual lhe é imposto novos *topoi*, isto é, subordinação a sujeitos e argumentos que partem de hierarquias exógenas, cessando sua autodeterminação. No caso do abrigo temporário Escola Municipal Estação do Rio Grande, pôde-se constatar que a presença física de novos mandatários na vida cotidiana, como agentes de defesa civil, assistentes sociais, psicólogos, peritos que agem em nome do Estado, promoveu intervenção material radical nas rotinas familiares, num processo decisório autoritário. Santos (2003) adverte para situações nas quais a remoção de certos grupos dos seus lugares e contexto parece favorecer a legitimação do discurso dos agentes do Estado, mas, ao contrário, gera a desconfiança desses grupos na medida em que se lhes atribui um sentido de desviantes contra o qual estes resistem.

Onde, entre vizinhos no distrito de Riograndina, havia algum grau de coesão comunitária antes do desastre, cada qual convivendo no espaço público do local mas, resguardando o espaço privado da família quando, da ocorrência do desastre e a condição de desabrigados, acabam por levar vizinhos à convivência forçada das famílias, sem a preservação de sua privacidade. Tal fato gera controles inoportunos sobre relacionamentos privados, caldo para emergir desavenças, intrigas, fofocas, rupturas e inconciliações de toda a sorte que, mal toleradas pelo gestor do abrigo, são justificativas para que se instaure uma vigilância policial no lugar. No abrigo Riograndina, havia a ação da inteligência da polícia militar (a chamada P2), seguida do corpo operacional que reprimia preventivamente os “desordeiros” impondo regras relativas ao uso dos sanitários, da área livre e dos horários de chegada à noite.

Assim, o abrigo temporário passou rapidamente, no imaginário dos desabrigados, de parte do sistema de emergência para parte do sistema prisional. A circulação interna e externa restringida os fazia sentirem-se como prisioneiros em regime semi-aberto, em estado permanente de medo e tensão em relação a qualquer prática sua que pudesse passar a ser entendida como delito. E, perante o meio envolvente, de onde provêm as doações, o lugar dos carentes passou a ser, também, o lugar de vício e de perigo. Para se atingir os padrões ideais de comportamento exigidos pela força policial, o autocon-

trole potencializou-se nos desabrigados, emergindo uma consciência de si próprios como alguém em potencial conflito com a lei.

O cenário interno de salas de aula ou quadras de ginásios de esporte, que se pretende como representação de quartos de dormir torna pouco factíveis as condições de intimidade, compondo aspectos da violência psicossocial que se associam a outros, como a ausência de sanitários individuais para a realização da higiene corporal, as humilhações de condicionar suas necessidades de trocar de roupa, tomar banho, fazer as necessidades fisiológicas e afins obedecendo às circunstâncias de disponibilidade e sanitárias do local sem reclamar.

Ao desabrigado, não há direitos a achar que sua privacidade seja algo que precise ser preservada. Ademais, o conjunto de quartos mal divididos, contendo na maioria das vezes mais de uma família, com colchões no chão em que se misturam roupas de cama e de vestir – misto de sofá onde se sentar durante o dia para não circular e incomodar os fluxos alheios –, e com caixas amontoadas com os restos de pertencentes que se conseguiu recuperar, apresenta-se como um lar bagunçado, ou melhor, como um conjunto de lares caóticos próprios da promiscuidade da gente desqualificada. De um lado, essa representação vem da parte dos peritos que nos advertem, como uma fala comum, ao entrar no abrigo, que vamos testemunhar “*uma bagunça*” pois “*é uma gente que não cuida mesmo das coisas*”. De outra parte, trata-se de uma representação que as próprias abrigadas produzem. Ao entrar no espaço destinado a cada família, apressam-se em dizer: “*desculpe pela bagunça*”; mas, complementam: “*a gente quer deixar em ordem, mas aqui não tem jeito*”. Como o abrigo não corresponde ao *layout* de uma moradia comum, ao mesmo tempo em que o discurso que alicerça o cenário é o de que seja um tipo de moradia provisória, a distância entre as duas coisas é o que permanece em desordem, segundo os peritos, por culpa dos desabrigados – a sujeira aparecendo como parte constitutiva da anomia social dos desviantes.

A convivência intensa, forçada e irremediável com outras famílias, consistindo inclusive no partilhamento dos mesmos espaços de descanso e higienização pessoal, torna os abrigos temporários locais onde a família, como identidade coletiva, é posta à prova e as condições objetivas do exercício feminino de tessitura dos elos entre os membros da família se inviabilizam celeremente.

A MULHER DIANTE DOS ESCOMBROS: O SILÊNCIO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVOS TOPOI

Se se considerar os *topoi* como lugares comuns que ajudam a promover a des-subjetivação e encadeamento com o interlocutor (FURLANETTO, 2007), a mulher abrigada é sua privilegiada utilizadora visando, por um lado, proporcionar imagens que recuperem, no grupo familiar, o encontro consigo

próprio, apesar da perda dos referentes geográficos e simbólicos (a casa, objetos e dinâmica subjacentes ao espaço privado); e, de outro, visando re-situar, no exercício de tarefas cotidianas, os limites que a autoridade pública tem sobre a vida privada, isto é, pontuar até onde se aceitará o cerceamento à intimidade e à autodeterminação dos abrigados.

Embora os gestores de abrigos também busquem *topoi* considerados consistentes quando incentivam as mulheres abrigadas a realizar, no espaço público e coletivamente, tarefas cotidianas similares às que, sob a perspectiva da forma, realizariam solitária e privadamente no espaço de suas moradias – tal como varrição, arrumação, higienização, cocção e afins – o conteúdo permanece longe do sentido que tais realizações tinham na esfera privada. Apenas como ilustração, o sentido educativo que o ato materno de aquisição, preparo e oferecimento de uma refeição com verduras amargas aos filhos se desenvolve, a fiscalização da higienização de um toalete quando os mesmos tomam seus banhos, são frustrados quando terceiros controlam a escolha dos alimentos que são dispostos para feitura das refeições, quando o horário de refeições de adultos e crianças torna-se incompatível ou quando o uso coletivo dos sanitários impede o acompanhamento e orientação a eventuais maus hábitos.

A interação entre os membros da família torna-se empobrecida pelas novas regras que se impõem na convivência *sempre pública* – diga-se, vigiada e monitorada por sujeitos e valores outros – entre mães e filhos, esposas e maridos e donas-de-casa sem casa para administrar. Tanto mais coletivo o território do comer, do vestir, do banhar-se, do descansar, do cuidado infantil, dentro do abrigo, tanto maior a ausência de espaço para a demonstração de cuidados, afetos e habilidades típicos da construção social da identidade da mulher no âmbito privado, o que pode incitá-la a se deslocar com frequência para o espaço da moradia afetada pelo desastre.

Permanecendo em frente aos escombros ou temerariamente colocando-se sob os mesmos – inclusive, quando persistem riscos severos em torno das obras civis – busca por algo que é, a um só tempo, uma relação consigo própria e com o outro. Os escombros convertem-se, assim, em mais do que destroços sob os quais subjaz o passado da família, e a mulher que os enfrenta é mais do que uma guardadora da memória cujos elementos materiais foram levados por águas revoltas de enchentes ou lama de deslizamentos. Se há o valor da memória, como algo que “prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente [...] as imagens sobre a ‘realidade’” (MOSCOVICI, 2003, p. 54-55), a que importa é a que está impressa no corpo e que teima em não ruir na mesma temporalidade que as estruturas de concreto, pois são práticas apreendidas pelo corpo na relação estabelecida com o território. Um outro lugar, ainda que provisório (como um abrigo temporário), está a exigir outra corporeidade a qual nem sempre os membros da família, especialmente a mulher, estão dispostos.

Não há, pois, nenhum automatismo no comportamento social que as levem para aquele território o que, aos agentes de defesa civil, parece uma ausência de sentido quando, ao contrário, é a procura por sentidos profundos. De um lado, há, sim, a busca da mulher por referências materiais que o agente de defesa civil julga quase prosaicas para o refazimento precário da identidade da família: onde se encontram os chinelos preferidos do filho? A roupa de baile de formatura da filha? A foto de Natal da família? A melhor panela para fazer a comida? O despertador do marido? Por detrás disso, que parece uma arqueologia desproposita aos olhos do perito, há a preocupação da mulher em responder, a si mesma: “*como os mantereí (marido e filhos) bem sem esses objetos? E como me mantereí se o bem-estar deles não estiver assegurado?*”. Se tais objetos desaparecem irremediavelmente, fica uma lacuna acerca de como os papéis de dona-de-casa, mãe, esposa, chefe do lar podem continuar a ser realizados, assim como, quais interações podem continuar a ser inteligíveis/possibilitadas para todos os envolvidos e, finalmente, como a vida social da mulher que os exerce mantém-se plena e justificável para si própria.

Há, por fim, que se considerar que a casa, em si, pode se apresentar como uma espécie de *ente querido*. Não apenas o território que viabilizou relações, mas representada, ela própria, como um ser que tem carências, demandas, personalidade. E, tal como a um ente querido que desaparece, sua perda exige uma despedida em um processo ritual. Prostrar-se diante os escombros é, também, a manifestação do sentimento da perda desse ente para conseguir prosseguir *apesar* do lugar que se inviabilizou. Da parte do perito, é preciso compreensão desta dimensão simbólica de modo a tratar o afastamento da mulher do local não apenas pelo viés do risco, mas também respeitando sua resposta emocional normal às perdas materiais e imateriais sofridas.

A ROTINA DO ABRIGO TEMPORÁRIO DE RIOGRADINA: A SUBMISSÃO AO ESTADO NA RE-FABRICAÇÃO DA CASA NO TERRITÓRIO PÚBLICO

Observando as interações entre as desabrigadas e os agentes de Estado, representados pelos administrados do abrigo temporário do distrito de Riograndina (município de Nova Friburgo/RJ), pode-se depreender a existência de práticas naturalizadas de ambos os lados que denotam a ausência de intersecções nos *topoi* que as referenciam.

Conforme dissemos, a rotina do abrigo temporário é a de submissão a um outro ordenamento espacial, isto é, aceitação dos novos fluxos e fixos no cotidiano os quais se entremeiam famílias. Subordinar as mulheres que chefiam os respectivos lares é algo importante numa gestão autoritária. O homem que cumpre a função de chefe da família não passa a jornada diária no interior do abrigo; está

empenhado nas relações exógenas ao lugar na garantia da renda que permitirá o refazimento da casa. O contexto do abrigo lhe é uma circunstância menor não uma vivência intensiva, pois a jornada de trabalho fora dali o retira da compreensão ampla das camadas de privacidade que estão sendo ameaçadas. A subordinação da mulher à racionalidade burocrática que rege o gestor do abrigo pode se dar tanto no requerimento de que ela assuma funções nesse território público ou alheando-a das mesmas.

Quando o *habitus* faz com que a mulher sinta-se responsável pela alimentação da família, receber o alimento pronto por funcionários contratados que realizam compras ou organizam estoques de doações, elaboram o cardápio, executam o preparo e administram o refeitório representa certa indignidade à mesma, ciosa de suas habilidades culinárias e de seus cuidados com as preferências alimentares da família. Dona Alessandra relatou a existência de cozinheira no abrigo e ausência de flexibilidade do horário das refeições. Assim, cozinha separadamente para o marido no fogão que conseguiu trazer de sua casa e está instalado em seu “quarto”. Ela prepara a marmita do marido e mostra-se satisfeita por conseguir realizar essa tarefa: “... *meu marido leva marmita, e eu faço a comida dele separado! Eu cozinho no meu fogão ali. Aí, na maioria das vezes ainda não tá pronto [a comida feita pela cozinheira] e quase sempre é sopa, e levar na marmita não dá, né?!*”.

Ao lado disso, os esforços da Dona Alessandra para tentar deixar definidas as fronteiras do território de cada família nuclear na sala de aula que partilham: “... daqui pra cá é meu [apontando do começo da sala ao meio] e de lá é da minha irmã. Tento deixar tudo certinho como em casa”.

Colocar tudo em ordem no “quarto” é outro teste à dignidade. Dona Clarisse preocupa-se que, mesmo com a ausência de camas na sala de aula que serve de local de descanso para a família, os colchões utilizados fiquem sempre arrumados, com a roupa de cama bem estendida, os cobertores dobrados, o chão asseado. Com cuidado, isolou os objetos escolares, como as carteiras que serviam aos alunos, e chama a atenção dos filhos para que, na circulação interna, não toquem nem esbarrem nesses objetos, preservando-os o máximo possível. Explica Dona Clarisse: “*Aqui é a sala de aula no meu filho maior (de 8 anos). Ele vai voltar a estudar nesta sala quando formos embora, voltarmos pra casa. Imagina o que os colegas vão pensar de nós se algo aparecer quebrado?!*”.

Dona-de-casa e mãe são papéis que se imiscuem na aflição de Dona Clarisse cuja casa foi condenada pela Defesa Civil, sob risco de ser levada a qualquer momento pelo deslizamento do morro situado logo em frente, do outro lado da rua. Sofrendo de sério comprometimento ósseo, que a impossibilita realizar tarefas repetitivas, como varrição e preparo de alimentos, ofereceu-se para tomar conta das crianças cujas mães estão ocupadas em outros trabalhos domésticos ou fora do abrigo. O fato de limitar-se apenas ao papel de cuidadora de crianças tomou, contudo, a conotação, para as demais mulheres, de que seja “preguiçosa”, o que a faz sentir-se estigmatizada. Seja quando terceiros cumpram com

afazeres que preenchiam o cotidiano anterior da dona de casa ou quando a mesma acata realizar para o coletivo aquilo que entendia como sendo sua função na moradia anterior, o sentido de privação permanece: o fazer não é mais uma liga entre os membros da família. Torna-se algo impessoal, para satisfação de outrem, sujeito a regras burocráticas, onde não cabe valorização afetiva na sua consecução.

Ao sentir-se triste em ficar no abrigo, ocupa-se Dona Clarisse, sempre que pode, em voltar até a sua casa, deixando-a arrumada e, ainda, lavando vagarosamente e estendendo a roupa da família na área localizada no piso superior, num ir e vir várias vezes ao longo do dia que a consola.

Retirar objetos da moradia, fiscalizá-la ou realizar tarefas domésticas dentro da casa avariada são práticas usuais entre as mulheres e que transcendem, no geral, ao fato de que a área está sujeita a novos riscos.

A retirada de objetos no local é um esforço que mescla a busca de bens de valor objetivo quanto simbólico e a sua recuperação em meio aos destroços costuma conferir consolo à mulher e à sua família: a caneca dada de presente da madrinha ao afilhado, o documento do marido, a taça ganha pelo filho no campeonato escolar há dez anos atrás, a presilha de cabelo favorita, o quadro da parede da sala. Imagens do lar, tal como a que a Dona Bete reporta. Na busca de interlocução, conduziu um dos entrevistadores até o lugar daquilo que fora a sua casa, carregada pelas águas da enchente. E enxergava, ainda, a casa, naquilo que lhe parecia o mais significativo na moradia, embora o que restasse em pé fosse apenas uma parede pintada de cor-de-rosa, sem ao menos haver chão, suspensa milagrosamente em um dos lados, enquanto o outro pendia sobre as águas do rio. Conta o que vê de precioso na ruína: economizou durante um ano inteiro o dinheiro obtido de seu trabalho de lavagem de roupa para pintar de cor-de-rosa a parede do quarto de sua filha de 9 anos de idade, fruto de sua primeira união. A parede foi um pedido da menina que queria um “quarto de princesa”: “*Sonho de toda garota, né?!*”, justifica Dona Bete. O processo que a faz encontrar sentido no que resta da casa é o mesmo que a levou, na evacuação rápida do local, escolher por resgatar, como objeto importante para ficar na posse da filha, uma boneca, único presente que a menina ganhou do pai, que saiu de casa quando a mesma tinha dois anos de idade. Significação e sentido encadeados para incitar no interlocutor o entendimento de como elaborar o cuidado materno dentro e fora das circunstâncias de normalidade e, na relação da afetada com a defesa civil, há uma impronunciabilidade de algumas dimensões de perdas, como as acima elencadas, embora sejam elas as mais significativas. O impronunciável nasce da expectativa de que o outro prontamente o desqualifique sob uma racionalidade autoritária.

A fiscalização diuturna ocorre sob a alegação de pouca efetividade do policiamento para resguardar o restante do patrimônio que ficou sob a moradia afetada. A casa se tornaria objeto de saques,

uma violência adicional para a mulher por representar uma perda maior de segurança na relação com o entorno social.

Dona Vanusa relatou que diariamente ela e o marido visitam a casa, ela limpando o local por preocupar-se em deixar “tudo em ordem”: *“Eu estou indo todos os dias, eu, meu marido. A gente vai lá em torno de 10/12 vezes ao dia. Eu vou lá, limpo, porque está mofando muito as coisas”*.

É na realização de tarefas domésticas, como cozinhar ou lavar roupa no uso precário dos equipamentos do local sob ruínas, que a atitude aparentemente solitária e isolada da mulher – inconcebível na avaliação técnica dos agentes de defesa civil que, por considerar uma atitude de risco em vista do receio de ocorrência de novos deslizamentos, chegam a questionar a sanidade mental de quem as pratica – ganha a conotação de um discurso coletivo com um acento apreciativo negativo sobre a gestão pública de abrigos temporários. Dona Alessandra é uma dentre as várias mulheres que têm voltado para as suas casas interditadas para lavarem roupas: *“... aqui tá uma dificuldade para lavar roupa. Fui lavando minha roupa e dos meus filhos lá embaixo... na minha casa. Eu lavo, ponho pra secar lá, aí de tarde eu volto recolho trago pra cá e levo de novo. Só não tem tanque [no abrigo] para lavar a roupa direito. Tá todo mundo lavando no rio, nas casas”*.

O saber-fazer no espaço que lhes pertence – sob as ameaças de ruir, despencar ou o que for – não é apenas um esforço pelo reencontro consigo própria, mas, sob um prisma sociológico, um argumento desde o qual as mulheres querem se fazer compreendidas pelos peritos na gestão do abrigo. Como, num apelo, dizer: *“é disso que careço”*. Lavar roupa na casa em ruínas é, a um só tempo, uma ação concreta visando um valor objetivo (= ter a roupa da família aseada), uma crítica social (= o abrigo não dispõe de local adequado para lavar e estender as roupas da família) e um discurso (= preciso de minha casa para fazer o que é próprio de ser feito no espaço privado). E, desde esse lugar argumentativo, ansiar por estabelecer bases para aquilo que Santos (2002b) chama de uma “hermenêutica diatópica”, isto é, ensejar que o perito manifeste *topoi* com a idéia de promoção do outro nos termos do outro. A tradução entre saberes assume a forma de uma hermenêutica diatópica a qual “consiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre elas e as diferentes repostas que fornecem para elas” (SANTOS, 2003, p. 31). Quando uma das partes se dispõe à tradução, procura estabelecer o que o autor denomina de *zonas de contato*, isto é

[...] Campos sociais onde diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem’ [...] O que é posto em contacto não é necessariamente o que é mais relevante ou central. Pelo contrário, as zonas de contacto são zonas de fronteira, terras-de-ninguém onde as periferias ou margens dos

saberes e das práticas são, em geral, as primeiras a emergir. Só o aprofundamento do trabalho de tradução permite ir trazendo para a zona de contacto os aspectos que cada saber ou cada prática consideram mais centrais ou relevantes (SANTOS, 2003, p. 38).

No entanto, a racionalidade burocrática, de que está impingida no psicólogo em serviço no abrigo temporário Escola Municipal Estação do Rio Grande, resiste a avançar para a zona de contato e interpreta as atitudes dos abrigados apenas como sinal de um individualismo predatório, que exige a intervenção constante do especialista para adotar os procedimentos ditos convenientes: *“... nesse abrigo tem um diferencial, que essa questão da dificuldade de organização das pessoas, da característica mesmo dessas pessoas, do nível de pobreza, do problema todo de escolaridade, de mobilização social... Aqui precisa de um técnico **a todo tempo** coordenando essas ações porque senão elas não acontecem ou não acontecem de uma forma para o coletivo. Se eu pegar e deixar a alimentação aqui pra eles prepararem, por exemplo, a janta ...eles simplesmente ... cada um pega alguma coisa leva pro seu quarto e o resto que se dane. Eles não têm essa visão do coletivo ainda, essa preocupação...”* (Psicólogo responsável pela gestão do abrigo temporário Escola Municipal Estação do Rio Grande).

Logo, a racionalidade perita que é responsável pela integridade psicossocial dos afetados revela-se como razão proléptica, “[...] que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente” (SANTOS, 2003, p.04). Tomada pela lógica derivada da *monocultura do saber* e do *rigor de saber* e pela *lógica da classificação social*, que assenta na monocultura da naturalização das diferenças, o afetado é, para o psicólogo em serviço no abrigo temporário Escola Municipal Estação do Rio Grande, alguém que se apresenta como sendo de inferioridade insuperável porque natural, não sendo credível tanto no presente quanto na argumentação em torno de seu projeto de futuro. A anomia social é, então, o que prevalece, do que deriva a imagem dos afetados por desastres como incapazes, o que resta no confronto entre saberes que, no imaginário hegemônico, encontra-se postergado.

O desafio derradeiro dos abrigados, aliados dos processos decisórios sobre a reconstrução da comunidade, é o de lidar com a ausência de informação dos gestores acerca das providências que estão sendo tomadas para a produção de novas moradias. Como as instalações do lugar do abrigo são de um estabelecimento escolar, a proximidade com o início do ano letivo coloca-os diante do problema adicional de ver sua necessidade de moradia provisória conflitar territorialmente com os interesses de pais e crianças pelo início das aulas e alimentam angústias quanto ao seu futuro, conforme diz Dona Alessandra: *“A gente está entre quatro paredes, sem saída, entendeu?! Não pode continuar aqui nem*

pode voltar para lá [a casa interdita]. E pra gente que tem filhos, fica muito difícil. Não sabe pra onde ir”.

A dignidade dos abrigados segue assim, sucumbindo, à medida que, aos destroços das moradias, acabam se somando a desintegração material e psicossocial do espaço de vivência e convivência não só no âmbito familiar como na comunidade envolvente.

Enfim, os efeitos psicossociais decorrentes do desastre estão para além dos ferimentos e das perdas materiais quando a mulher é impedida de desempenhar seus afazeres de forma plena o que depõe contra a sua auto-estima e identidade (VALENCIO, 2005). O informe mundial do PNUD *La reducción de riesgos de desastres un desafío para el desarrollo* adverte: “las situaciones de desastre imponen un mayor estrés a la mujer” (PNUD, 2004, p.21) que vê abalados os marcos referenciais da vida privada: a garantia de bem-estar dos filhos; a quantidade e qualidade dos bens materiais; a integridade da própria casa, o que lhe custa o desabamento paulatino de sua própria individualidade (SIENA; VALENCIO, 2006).

No entanto, para Santos e Rodriguez (2003), a realidade não se limita ao que tem existência, mas abrange um campo de possibilidades em que se incluem alternativas que foram marginalizadas como as práticas emancipatórias, fruto de um desejo de inclusão em outros termos. Os autores supra ponderam que a iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento não constitui competência exclusiva do Estado, mas englobam a sociedade civil que deve ser sujeito, e não objeto, dos programas de desenvolvimento. Assim, os atores centrais dos projetos de desenvolvimento são os sujeitos coletivos, ou seja, as comunidades organizadas cujo processo de construção do poder comunitário engendra um potencial para que os efeitos dessas iniciativas populares se estendam à esfera política, contrariando as causas estruturais da marginalização.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Conclui-se, com base no caso dos afetados pelas enchentes e múltiplos deslizamentos em Nova Friburgo/RJ, em especial no caso das mulheres inseridas no abrigo temporário do distrito de Riograndina, que novos *topoi* devam balizar as ações de reabilitação e reconstrução ensejadas pelos agentes de defesa civil e afins buscando-se o refazimento do *habitus* familiar.

Algumas indagações permanecem, tais como: em que medida a presença de peritos preparados numa lógica autoritária pode contribuir para que a vivência da situação desencadeie, nas mulheres abrigadas, situações de ampliação do seu sofrimento? Em que medida restrições que os peritos façam à que as abrigadas acessem ao lugar da moradia não se constitui em uma forma de violência?

Se as necessidades psicossociais dos abrigados não forem respeitadas, do escombros material surgirá o escombros social, mortos-vivos sem função e sem razão no mundo em desordem e o qual a racionalidade perita, de *per si*, não logrará êxito na tentativa de imprimir uma organização que redime dores e sofrimento. A consciência da condição humana, das identidades historicamente elaboradas e do dever do Estado poderá ser o elo, entre abrigados e peritos, a *diatopia*, enfim, que forjará significações, sentimentos, atitudes e explicações de mundo partilhados.

Ao representar o contexto do abrigo como sendo o de sujeição e de tutela, revela-se o campo fértil para a violência simbólica praticada por agentes de defesa civil e correlatos. A aceitação sumária a um projeto de reconstrução vindo de fora, tratando os afetados como incapacitados, contribui para sua desfiliação social e conseqüente estigmatização. Faz-se, portanto, o contrário do que prescreve a EIRD/ONU ao assinalar: “More attention should be given to develop community capacities for ‘helping themselves’”⁵ (EIRD, 2007, p. 5).

Incentivar a participação dos desabrigados no processo de reconstrução da comunidade é um processo eficaz na medida em que parta da alteridade, isto é, da dialogicidade dos lugares de entendimento do problema e busca de soluções nas quais as famílias saiam fortalecidas.

Deve-se, enfim, assinalar que, não por acaso, “o desenvolvimento alternativo privilegia a escala local, tanto como objeto de reflexão como de ação social” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p. 27), porém, sem rejeitar qualquer forma de pensamento e ação globais, “inclusive aquelas que tentam estabelecer nexos de solidariedade entre lutas locais” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p. 38), nos quais os argumentos verbalizados e os silêncios ganham corporeidade e força para deflagrar um outro amanhã.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

EIRD. **Lessons for a safer future**: drawing on the experience of the Indian Ocean tsunami disaster- eleven keys actions for building nations and communities resilience to disasters. Geneva: ONU, 2007.

5 “Mais atenção deve ser dada para desenvolver capacidades da comunidade para ‘se auto-recuperar’”.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

FURLANETTO, M. M. **Topoi**: entre a língua e o discurso? Disponível em: <http://br.geocities.com/agatha_7031/topoi.html>. Acesso em: 15 fev. 2007.

GONÇALVES, A.L. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S.; RAYBAUT, P. **Histórias de vida**: teoria e prática. Tradução de João Quintela. 2. ed. [S. l.]: Celta, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Entenda os indicadores**. 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/indicadores/index.php?lay=ind1&id=Moradia>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

_____. **La reducción de riesgos de desastres**: un desafío para el desarrollo, un informe mundial. New York: ONU, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et al. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (IDH-M)**. Brasília, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **ENSAIOS**. São Paulo: CERU: FFLCH: USP, 1987.

SANTOS, B. Sousa. As tensões da modernidade. In: **ENCICLOPÉDIA** digital direitos humanos II. Natal: CENARTE/DHnet, 2002. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura4.html>>. Acesso em: 12 abr. 2007.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências, revisitado. Porto: Afrontamento, 2003. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2007.

SANTOS, B. Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: ENCICLOPÉDIA Digital Direitos Humanos II. Natal: CENARTE/DHnet, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_dh.htm>. Acesso em: 15 fev. 2007.

SANTOS, B. Sousa; RODRÍGUEZ, C. Introdução para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Porto: Afrontamento, 2003. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodProdPort.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2007.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

SARTI, C. A. **A família como espelho**. Campinas: Autores Associados, 1995.

SIENA, M.; VALENCIO, N. Moradias afetadas pelas chuvas: dimensões objetivas e subjetivas dos danos pelo recorte de gênero. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3., 2006, Brasília, D.F. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006. 1CD-ROM.

VALENCIO, N. F. L. S. A gestão de desastres como prática institucional de reiteração da violência contra grupos vulneráveis: o caso dos abrigos temporários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13. **Anais...** Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso>. Acesso em: 19 jun. 2007.

_____. Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará (PB): limitações da resposta da defesa civil frente ao rompimento de barragens. In: ENCONTRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005. 1 CD-ROM.